

**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO
DO RIO GRANDE DO NORTE**

ÂNGELA BRILHANTE PORTELA

**A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO FRENTE À INTERPRETAÇÃO
DA PRIMAZIA DA ESSÊNCIA SOBRE A FORMA**

**NATAL/RN
2010**

ÂNGELA BRILHANTE PORTELA

**A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO FRENTE À INTERPRETAÇÃO
DA PRIMAZIA DA ESSÊNCIA SOBRE A FORMA**

**Monografia apresentada ao Curso de Pós Graduação
e Especialização em Auditoria e Perícia Contábil da
Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio
Grande do Norte como requisito obrigatório para
obtenção do grau de Especialista em Auditoria e
Perícia Contábil.**

Orientadora: Joana D'arc de Medeiros Martins, Ms.

**NATAL/RN
2010**

Portela, Ângela Brilhante

A demonstração do valor adicionado frente à interpretação da primazia da essência sobre a forma / Ângela Brilhante Portela. – Natal: FARN, 2010. 48f.

Orientador: Joana D'arc de Medeiros Martins (Msc.)

Monografia (Especialização em Auditoria e Perícia Contábil) – Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

1. Auditoria Contábil – Monografia. 2. Demonstração do valor adicionado. – Monografia. 3. Demonstrações financeiras - Monografia. I. Título.

RN/FARN/BC

CDU 657.6

Joana D'arc de Medeiros, Ms.
Orientadora

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCA – Associação Brasileira de Companhias Abertas
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
COSERN – Companhia Energética do rio Grande do Norte
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício
DVA – Demonstração do Valor Adicionado
FASB – Financial Accounting Standard Board
FIECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
IAS – International Accounting Standards
IASB – International Accounting Standard Board
IASC – International Accounting Standard Committee
IBRACON – Instituto Brasileiro de Auditores Independentes
IFRIC - International Financial Reporting Interpretations Committee
SIC - Standing Interpretations Committee
SRF – Secretaria da Receita Federal
SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

RESUMO

O atual cenário mundial, devido a globalização, vem sofrendo significativas mudanças nas áreas social, política e econômica, com profundos reflexos no ambiente empresarial, através de padrões de informações que busca a harmonização de práticas contábeis que chamem a responsabilidade informacional dos agentes econômicos nas suas relações para com a sociedade. O Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado, parte integrante deste demonstrativo, se apresentam como os instrumentos capazes de evidenciar tanto os aspectos econômicos, quanto os sociais. Entretanto, nenhum deles, apesar do poder informativo que possuem, vem demonstrando de forma satisfatória a realidade exigida a partir das mudanças estabelecidas por esse ambiente globalizado. Dessa forma, o objetivo desse estudo foi a realização de uma pesquisa junto a COSERN – empresa distribuidora de energia elétrica no estado do Rio Grande do Norte, nos últimos três anos, de sua Demonstração do Valor Adicionado. Nessa pesquisa procurou-se demonstrar o comportamento apresentado da Demonstração do Valor Adicionado sob a ótica de duas visões; a visão tradicional como temos interpretado até então e um outro enfoque sugerido, extraído a partir da interpretação de algumas informações que podem gerar um outro entendimento, se analisados a partir da Primazia da essência sobre a forma. Ao final do estudo tornou-se possível afirmar que existem sim diferenças nos resultados das demonstrações, e que em termos numéricos essas divergências podem não significar muito, porém a contabilidade, como veículo de informação, tem o dever de colocar à disposição de seus usuários, informações que retratem as relações das empresas com a sociedade. E que visto dessa maneira essas informações podem trazer benefícios subjetivos tanto para a empresa como para a sociedade na qual se insere.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado; Primazia da essência sobre a forma.

ABSTRACT

The current world-wide scene, which had the globalization, comes suffering significant changes in the social areas, politics and economic, with deep consequences in the enterprise environment, through standards of practical information that the harmonization of countable searches that they call the informational responsibility of the economic agents in its relations stops with the society. The Social Rocking and the Demonstration of the Added Value, integrant part of this demonstrative, if present as the instruments capable to evidence the economic aspects in such a way, how much the social ones. However, none of them, although the informative power whom they possess, comes demonstrating of satisfactory form the reality demanded from the changes established for this global environment. Of this form, the objective of this study was the accomplishment of a research next to COSERN - delivering company of electric energy in the state of the Rio Grande of the North, in last the three years, of its Demonstration of the Added Value. In this research it was looked to demonstrate the presented behavior of the Demonstration of the Value Added under the optics of two visões; the traditional vision as we have interpreted until then and one another suggested approach, extracted from the interpretation of some information that can generate one another agreement, if analyzed from the Priority of Essence On the Form. The end of the study one became possible to affirm that differences in the results of the demonstrations exist, and that in numerical terms these divergences can not mean very, however the accounting, as information vehicle, has the duty to place to the disposal of its users, information that portray the relations of the companies with the society. E that seen of this way these information can in such a way bring subjective benefits for the company as pra the society in which if inserts.

Keywords: Demonstration of the Added Value; Priority of the essence on the form.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA.....	12
1.2.1 Objetivos.....	13
1.2.1.1 Objetivo Geral.....	13
1.2.1.2 Objetivo Específico.....	13
1.3 HIPÓTESES.....	13
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 CENÁRIO MUNDIAL.....	15
2.2 CENÁRIO BRASILEIRO.....	15
2.3 BALANÇO SOCIAL.....	16
2.4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	18
2.4.1 Definição: Aspectos Conceituais, finalidade e importância da Demonstração do Valor Adicionado.....	18
2.4.2 Histórico Mundial: Como onde e por que surgiu a Demonstração do Valor Adicionado.....	19
2.4.3Histórico Brasileiro:.....	21
2.4.4 Aspectos Normativos da Demonstração do Valor Adicionado:	22
2.5 PRIMAZIA DA ESSÊNCIA SOBRE A FORMA.....	23
2.5.1 Definição: Aspectos Conceituais, importância e benefícios trazidos às informações sob a ótica dessa interpretação subjetiva.....	23
2.5.2 Alguns pontos polêmicos quanto à interpretação dada Aos Agentes de Distribuição de Riqueza: Legislação Atual X Primazia da essência sobre a forma de cada um dos componentes da demonstração que geram interpretações diversas.....	24
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26

3.1 METODOLOGIA.....	26
3.2 ESTUDO DE CASO.....	27
3.2.1 Histórico.....	28
3.2.2 Perfil COSERN.....	28
4 TRATAMENTO DOS DADOS: ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS DE PESQUISA REALIZADA COM A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADOS NO PERÍODO DE 2007 A 2009 NA COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN	30
4.1 SEGUNDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE: APRESENTAÇÃO DE DADOS OFICIAIS DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADOS NA COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN NOS ANOS DE 2007 A 2009.....	32
4.2 A PARTIR DA PRIMAZIA DA ESSÊNCIA SOBRE A FORMA: APRESENTAÇÃO DOS MESMOS DADOS DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO NA COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN, SEGUNDO A INTERPRETAÇÃO DA PRIMAZIA DA ESSÊNCIA SOBRE A FORMA.....	33
4.3 UTILIZAÇÃO DO VALOR ADICIONADO COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE.....	35
4.3.1 Potencial do Ativo em Gerar Riqueza.....	35
4.3.2 Retenção da Receita.....	36
4.3.3 Valor Adicionado per capita.....	37
5 CONCLUSÃO E, CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
ANEXOS.....	41
REFERÊNCIAS.....	47

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade, fornecedora de informações para seus usuários evolui e acompanha os acontecimentos que vem ocorrendo mundialmente em busca de uma harmonização informacional; este fato torna o ambiente contábil complexo e exigente quanto às informações a serem fornecidas pelas demonstrações geradas a partir da contabilidade que, enquanto ciência, estuda a situação patrimonial e o desempenho econômico-financeiro das entidades.

Mediante esta constatação, deduz-se que a contabilidade possui todos os instrumentos necessários para contribuir com a identificação do nível de responsabilidade social dos agentes econômicos.

Em um ambiente de desenvolvimento e globalização de economias, a Harmonização Contábil é uma preocupação mundial muito evidente no mundo econômico financeiro atual. Para a viabilidade deste intento existem esforços da parte dos blocos econômicos que procuram encontrar soluções para as diferenças existentes entre as normas contábeis.

Dentre as ações brasileiras, uma das que mais caracterizou a tendência brasileira de convergir para a contabilidade internacional, foi a criação do Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução CFC no 1.055, de 7 de outubro de 2005, criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com o objetivo de estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de contabilidade internacional para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e à uniformização do seu processo de produção, levando-se sempre em consideração a convergência do padrão contábil brasileiro aos padrões internacionais.

Segundo Martins, (2009, p.1)

O processo de harmonização contábil brasileiro levou à constituição do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), formado por Abrasca, Apimec, Bovespa, CFC, Fipecafi, Ibracon, contando ainda com o Bacem, CVM, SRF e Susep. Está produzindo pronunciamentos a serem aprovados por esses órgãos reguladores e deverá se constituir na única fonte de emissão de documentos contábeis brasileiros, na busca da harmonização com as Normas internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB.

As Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards – IAS*) hoje conhecida como *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, são pronunciamentos contábeis internacionais publicados pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, os quais se baseiam em princípios e não em regras.

O Presidente da República sancionou, em 28 de dezembro de 2007, a Lei nº. 11.638, a lei contábil que introduziu princípios de IFRS na contabilidade brasileira. A convergência para IFRS é considerada uma das maiores mudanças na estrutura da contabilidade brasileira desde 1976, ano da publicação da então Lei das S. As. (Lei nº. 6.404).

A partir da Lei nº. 11.638, a contabilidade passou a obedecer de fato o que já está escrito nas nossas Normas Contábeis Brasileiras.

Um dos pontos a que vai se deter este trabalho diz respeito à figura da Primazia da essência sobre a forma, determinada no Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para a elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº. 539, de 14 de maio de 2008, que evidencia a necessidade da contabilização de transações e eventos de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal.

“A DVA, importante componente do Balanço Social, deve ser entendida como a forma mais competente criada pela Contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração e distribuição da riqueza de uma entidade”. (SANTOS, 2007, p. 37)

Entende-se que a Demonstração do Valor Adicionado é a grande contribuição que os contadores criaram como forma alternativa para cálculo do PIB, o Produto Interno Bruto.

A Demonstração do Valor Adicionado mostrará a riqueza criada pela empresa e a forma como essa riqueza é distribuída entre os agentes que a produziram. Essa distribuição se dará aos seguintes agentes econômicos: Pessoal, traduzidos em salários e encargos; Governo, como impostos e contribuições; Financiadores de Capitais Externos, na forma de juros e aluguéis; e Financiadores de Capitais Internos, ou seja, Acionistas e proprietários da empresa, na forma de juros sobre o capital próprio, dividendos e resultados não distribuídos.

A Demonstração do Valor Adicionado que na sua concepção mais ampla envolve a demonstração da interação da empresa com os elementos que contribuem para sua existência, tem efetivamente que estar refletindo essa questão da Primazia da essência sobre a forma na sua apresentação, orientadas por princípios e julgamentos e não mais por regras técnicas.

Dessa maneira em um aspecto prático o presente trabalho justifica-se pela oportunidade de apresentar um estudo comparativo entre a atual forma de apresentação da Demonstração do Valor Adicionado em uma empresa de distribuição de energia elétrica e a

forma proposta destas mesmas demonstrações após uma nova interpretação das informações a partir da visão dada sob a égide do princípio: Primazia da essência sobre a forma.

1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA

Pode-se afirmar que a contabilidade possui três grandes desafios: a identificação, a mensuração e a comunicação dos atos e fatos ocorridos em uma entidade, e um de seus grandes desafios consiste em disponibilizar informações que retratem as relações das empresas com a sociedade. (CUNHA, 2002, p.15)

O Balanço Social, no todo, e a Demonstração do Valor Adicionado, a DVA, como um de seus componentes, se apresenta como o instrumento capaz de evidenciar tanto os aspectos econômicos, quanto os sociais, inovando o enfoque utilizado até então, e se constituindo na mais rica demonstração para o estreitamento dessa relação. (CUNHA, 2002, p.6)

Dessa forma, o principal objetivo desse estudo é demonstrar o comportamento apresentado da Demonstração do Valor Adicionado sob a ótica de duas visões; a visão tradicional como temos interpretado até então e um outro enfoque sugerido, extraído a partir da interpretação de algumas informações que podem gerar um outro entendimento, se analisados a partir da Primazia da essência sobre a forma.

A análise e comparação de dados extraídos a partir da Demonstração do Valor Adicionado dos três últimos anos de uma empresa distribuidora de energia elétrica, segundo os dois enfoques mencionados fornecerão subsídios para avaliação das informações fornecidas e conseqüências dessas duas formas de interpretações.

Nesse contexto emerge o seguinte problema da pesquisa: ***Existe diferença significativa entre o perfil da distribuição de riqueza partindo da análise de informações contidas nas Demonstrações do Valor Adicionado segundo dois enfoques, o tradicional e o submetido ao entendimento sob a égide da Primazia da essência sobre a forma?***

1.2.1 Objetivos

1.2.1.1 Objetivo Geral

O Objetivo geral desta pesquisa é verificar se existe diferença significativa entre o perfil da distribuição de riqueza partindo da análise de informações contidas nas suas Demonstrações do Valor Adicionado segundo dois enfoques, o tradicional e o submetido ao entendimento sob a égide da Primazia da essência sobre a forma.

1.2.1.2 Objetivos Específicos

Este trabalho tem como objetivos específicos:

- Evidenciar a diferença de informações fornecidas pela Demonstração do Valor Adicionado, mediante a interpretação tradicional e sob a ótica da essência sobre a forma.
- Analisar a diferença de informações fornecidas pela Demonstração do Valor Adicionado, mediante a interpretação tradicional e sob a ótica da essência sobre a forma.

1.3 HIPÓTESES

Para que exista uma pesquisa é preciso existir uma objeção, ou seja, uma questão, inquietação, dúvida, indignação ou curiosidade. Definindo-se o problema, criam-se hipóteses de possíveis resultados.

Neste estudo as hipóteses estabelecidas são:

- H_1 – Não existe diferença acentuada de resultados obtidos diante das duas formas interpretativas;

- H₂ – Existe diferença acentuada nos resultados obtidos segundo uma ou outra forma de se interpretar os fatos contábeis estabelecido, e quais as consequências destes desvios de resultados.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está dividido em 5 capítulos, além da bibliografia e anexos.

No primeiro capítulo Introdução, é apresentada a contextualização do tema e a definição do problema da pesquisa que procura identificar e discutir o problema da pesquisa a ser estudado e formular hipóteses de trabalho.

No segundo capítulo, Referencial Teórico, são tratados os referenciais teóricos, com base em conceitos sobre Valor Adicionado e Demonstração do Valor Adicionado, enfocando o cenário mundial e brasileiro, aspectos conceituais, finalidade e importância da Demonstração do Valor Adicionado.

É abordado também neste capítulo o histórico mundial e brasileiro da demonstração, como onde e por que surgiu a Demonstração do Valor Adicionado e também os aspectos normativos.

No terceiro capítulo, Procedimentos Metodológicos, é demonstrado a metodologia aplicada na confecção desta pesquisa.

O Tratamento, análise e apresentação dos resultados é feito no capítulo 4.

No quinto e último capítulo, Conclusões e Considerações Finais apresentam-se a conclusões da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CENÁRIO MUNDIAL

A discussão sobre Harmonização Contábil Internacional vem chamando a atenção de profissionais e acadêmicos no Brasil e no mundo. Esse movimento desencadeou-se a partir da percepção por parte do mercado, de problemas causados diante da constatação de diferenças encontradas, entre as normas contábeis praticadas, gerando demonstrações contábeis que refletem transações reconhecidas, mensuradas e evidenciadas de maneiras diferentes, variando conforme o país onde são contabilizadas.

O processo de globalização nos obriga a fornecer informações que não se restrinjam à espaços delimitados geograficamente fazendo com que a contabilidade forneça subsídios as entidades para ganharem alcance internacional, conquistarem mercados e encontrarem vantagens competitivas.

Esse novo modo de pensar a contabilidade facilita a transferência de capital de investidores ao redor do mundo, atraídos por mercados mais transparentes e confiáveis, num ambiente onde possam aplicar seus recursos com uma margem de conhecimento e segurança respaldados pela propriedade de informação. O mundo ruma claramente para normatização contabilística harmônica e uniforme, mais de 100 países já adotaram o International Financial Reporting Standard (IFRS), o padrão contábil que tende a ser globalmente aceito para as demonstrações financeiras. As normas relativas a esse modelo são publicadas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e implicam um ambiente de preparação de demonstrações financeiras que requer mais julgamento e menos diretrizes baseadas em regras detalhadas.

2.2 CENÁRIO BRASILEIRO

As recentes mudanças ocorridas no cenário contábil mundial, especialmente com o fortalecimento dos padrões internacionais de contabilidade, impactaram fortemente na cultura contábil brasileira.

Segundo Santos et al. (2006 p.11).

No Brasil, existe grande preocupação, por parte dos legisladores, com a qualidade da informação contábil decorrente da mudança no cenário econômico mundial. Prova disso são as constantes alterações da Lei das Sociedades por Ações justificadas em seu escopo pelo processo de globalização da economia. Essas alterações têm por objetivo principal criar condições para a harmonização da lei societária brasileira com as melhores práticas contábeis internacionais, no intuito de eliminar as dificuldades de interpretação e aceitação das informações financeiras emitidas por empresas brasileiras no cenário internacional, melhorando a sua qualidade e, conseqüentemente, tornando-as mais úteis aos usuários externos.

Nesse sentido, Andrade citado por Santos et al. (2006 p.11) argumenta que a harmonização em primeiro lugar, abre o mercado brasileiro aos investidores internacionais, além de tornar o mercado de capitais e o sistema financeiro brasileiro mais transparente para as agências internacionais, melhorando assim o nosso relacionamento e a nossa imagem com esses organismos internacionais além de reduzir o risco-país.

A Demonstração do Valor Adicionado não é prevista em qualquer pronunciamento do IASB - International Account Standards Boards; mas pela relevância de suas informações, foi introduzida de forma obrigatória para as companhias abertas.

Recomenda-se, pela sua importância, que as demais empresas também a adotem (item 84 da Orientação OCPC nº2/2009). O que se espera é que todas as empresas independentemente de serem abertas ou fechadas passem a divulgar ou continuem divulgando essa demonstração. (AZEVEDO, 2009 p. 135 e 136).

2.3 BALANÇO SOCIAL

Segundo De Luca, citado por Santos e Hashimoto (2003, p.154), “além de ser agente econômico com a missão de produzir riqueza, a empresa também é um agente social e, sendo um dos componentes da sociedade, deveria prestar contas aos demais. Assim enquanto pela função econômica a empresa busca ter lucros mediante o oferecimento de produtos e serviços aos seus clientes, em sua função social ela deve buscar o bem-estar social pela assunção de inúmeras obrigações, seja pela preservação do meio ambiente, seja pela criação de empregos, seja pela contribuição para a formação profissional, sejam pela qualidade de seus bens ou

serviços, sejam por quaisquer outras obrigações não legalmente assumidas, mas importantes para que a empresa possa garantir a sua continuidade”.

Até meados dos anos 30, havia o entendimento de que os resultados empresariais deveriam ser de acesso restrito para proteção dos dividendos dos sócios, não havia a concepção de responsabilidade social e acesso à informação de cunho empresarial, por parte da sociedade.

Essa situação permaneceu até a segunda metade da década de 60, quando preocupações ambientais começam a ser levantadas internacionalmente.

É dessa época o surgimento da necessidade de informações que pudessem atender mais diretamente aos grupos de usuários que sempre eram citados, mas nunca beneficiados com informações que lhes fossem particularmente úteis. Informações relativas a remunerações e respectivos encargos sociais, formação profissional, condições de higiene e segurança no trabalho, formação profissional etc. passaram a ser reivindicadas. (SANTOS, 2007 p.12)

A França, a Alemanha e o Reino Unido seriam os pioneiros na “contabilidade social” de empresas. Tal prática, aos poucos, seria adotada mundialmente.

No Brasil, o processo foi mais lento que na Europa e nos Estados Unidos. Com o fim do regime militar e da repressão política, verifica-se um crescimento de organizações civis. O exercício da cidadania, muito reprimido até então, ganha impulso através da sociedade civil organizada, a qual naquele momento passa a atuar ativamente na promoção de políticas de cunho social. O movimento de apoio à responsabilidade social, aumenta a partir dos anos 90 e é consequência do surgimento de um sem-número de organizações não governamentais, e também do crescimento não igualitário dos anos do “milagre econômico”.

Diante da deficiência do Estado em suprir as demandas sociais, empresas passaram a atuar de forma proativa e incorporar um discurso social mais justo. Por essas razões e diante de uma crescente cobrança por transparência, hoje se faz necessário atuar de forma responsável e tornar público os resultados.

O certo é que a divulgação do desempenho social de uma empresa interessa grupos empresariais pelas mais diversas razões. A primeira se refere à ética e ao princípio pelo qual empresas, na qualidade de atores sociais, têm ativa participação no crescimento de uma nação e, portanto, devem prestar contas à sociedade. No entanto, razões de cunho prático se somam a estas e, felizmente, fazem da divulgação dos “Balanços Sociais” uma prática cada vez mais comum.

Um relatório sócio-ambiental, ou Balanço Social, deve ser claro, ter profundo compromisso com a verdade, e ser amplamente disponibilizado ao público por todos os meios possíveis, incluindo-se aí a Internet.

Os principais componentes da sociedade e os pontos mais importantes no relacionamento com a empresa são investidores, fornecedores, financiadores, consumidores, empregados, Estado e meio ambiente.

Atualmente o Balanço social é estudado em quatro vertentes: o Balanço Ambiental; o Balanço de Recursos Humanos; a Demonstração do Valor Adicionado e os Benefícios e Contribuições à Sociedade em Geral. (SANTOS, 2007, p.13)

Um pronunciamento que deve ser destacado é o da ex-deputada Federal Marta Suplicy, citada por Santos (2007 p. 25), uma das autoras do Projeto de Lei nº. 3.116/97 que propunha a criação do balanço Social para as empresas no Brasil:

A informação é um dos pressupostos da cidadania. O balanço social é um instrumento de informação. Servirá tanto para os trabalhadores e a sociedade como para os dirigentes das empresas na mensuração das suas próprias atividades. Ainda estimulará o controle da sociedade sobre o uso dos incentivos fiscais e ajudará na identificação de políticas de recursos humanos.

2.4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

2.4.1 Definição: Aspectos Conceituais, finalidade e importância da Demonstração do Valor Adicionado.

Pode-se dizer que a Demonstração do Valor Adicionado foi a linguagem criada pela contabilidade para demonstrar a capacidade de geração e distribuição de riqueza de uma empresa. Segundo Santos (2006 p.26 e 27).

Do ponto de vista das Ciências Econômicas, mais especificamente restringindo-se aos aspectos da macroeconomia, o valor adicionado está intimamente ligado à apuração do produto nacional. Do ponto de vista microeconômico, poder-se-ia dizer que o valor adicionado de uma empresa é o quanto de riqueza ela pode agregar aos insumos de sua produção que foram pagos a terceiros, inclusive os valores relativos às despesas de depreciação. Do ponto de vista da Ciência Contábil, poder-se-ia afirmar que

a medição ou apuração da riqueza criada pode ser calculada através da diferença aritmética entre o valor das vendas e os insumos pagos a terceiros mais as depreciações.

Muito comum nos países do Ocidente Europeu, o Valor Adicionado busca demonstrar para quem a empresa está canalizando a renda obtida. “A Demonstração do Valor Adicionado é uma forma ordenada de apresentar-se a riqueza criada e distribuída pela empresa aos vários agentes econômicos que contribuíram para sua formação.” (SANTOS E HASHIMOTO, 2003 p.155)

Com base na Demonstração do Valor Adicionado, qualquer interessado poderá conhecer a riqueza gerada por uma companhia, bem como a sua posterior distribuição entre todos os agentes econômicos que tiveram participação em sua criação. A Demonstração do Valor Adicionado traz informações sobre a participação de todos os fatores econômicos que intervieram na criação de valor a entidade e o consequente rateio desse valor para esses mesmos agentes econômicos.

A Demonstração do Valor Adicionado é a demonstração contábil que divulga a geração de valor produzido pela própria empresa, mediante suas próprias atividades, e a retribuição aos componentes econômicos que formaram esse valor adicionado. Ao eliminar todos aqueles elementos que vêm fixados do exterior (compras e aquisições realizadas), permite valorar com precisão a gestão interna da empresa.

2.4.2 Histórico Mundial: Como onde e por que surgiu a Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações financeiras sempre tiveram por fim divulgar informações econômicas sobre as empresas, que atendiam principalmente os interesses de seus acionistas ou sócios e ao governo. Essas informações, contudo, deixavam a desejar em relação aos interesses de movimentos sociais que demandavam por informações sobre projetos sociais, condições ambientais, trabalhistas e outras.

A Demonstração do Valor Adicionado surgiu com a finalidade de divulgar a participação da empresa no contexto social.

Podemos dizer que a relação das empresas com a sociedade modificou-se no início da década de 60 do século 20 principalmente com os movimentos sociais iniciados na Europa e também nos estados Unidos.

As exigências em relação à responsabilidade das empresas começaram a ser mais ostensivas. A sociedade passou a exigir das empresas um comportamento social mais transparente e ético.

As empresas começaram a atender esses anseios e, nesse sentido principalmente por causa desses movimentos iniciados no final da década de 60, em 1977 a França instituiu de forma obrigatória, para as empresas que tivessem mais de 299 empregados aquilo que se convencionou chamar de Balanço Social. Segundo Santos; Ariovaldo dos (2007 p. 22).

Os movimentos sociais ocorridos na década de 60 em países da Europa, principalmente Alemanha, França e Inglaterra, nos Estados Unidos e no Brasil, além de outros, passaram a exigir e a cobrar mais responsabilidade das empresas que interagiam com a sociedade. As empresas passaram a ser vistas não apenas como aquelas que podiam gerar empregos ou contribuir para a formação da riqueza dos países.

Foi dentro desse espírito que o Congresso francês aprovou a Lei nº. 77.769 de 12 de julho de 1977, obrigando todas as empresas e estabelecimentos com mais de 299 empregados a prepararem e divulgarem um documento que foi chamado de Balanço Social.

Enquanto na França as informações relativas ao Balanço Social estavam limitadas as informações relativas a pessoal, comparando-se hoje àquilo que os franceses chamaram de Balanço Social verifica-se que este conceito está bastante ampliado, atualmente o Balanço Social é apresentado a partir de quatro enfoques:

O primeiro enfoque seria o Balanço Ambiental, que mostra aquilo que a empresa faz em relação à utilização, preservação e recuperação de recursos naturais quando provocar algum tipo de degradação.

O segundo enfoque seria o Balanço de Recursos Humanos onde a evidência é dada as informações relativas a pessoal; remuneração, benefícios e formação educacional e profissional.

O terceiro enfoque é dado às evidências quanto aos benefícios e prestações de serviços à comunidade onde a empresa é situada. Aqui a empresa demonstra os benefícios e contribuições entregues às entidades assistenciais e filantrópicas; preservação de bens culturais e educação da sociedade circunvizinha.

Finalmente a Demonstração do Valor Adicionado, que tem por objetivo evidenciar a contribuição da empresa para o desenvolvimento econômico-social da região onde está inserida, discriminando o que a empresa agrega de riqueza a economia local e, em seguida, a forma como distribui tal riqueza. (SANTOS, 2007, p.13)

Esta demonstração foi analisada com mais detalhe neste trabalho e foi o objeto do estudo.

2.4.3 Histórico Brasileiro

No Brasil a DVA – Demonstração do Valor Adicionado passou a ser efetivamente estudada no final dos anos 80 e se tornou extremamente importante a partir dos anos 90.

Em 1997 a FIPECAFI iniciou uma pesquisa visando à divulgação dessa demonstração e visando a elaboração da revista Melhores e Maiores, a partir daquele ano a FIPECAFI então criou mecanismos e deu condições para que essa demonstração pudesse ser preparada e divulgada por essas empresas, criou-se um modelo extremamente simplificado com instruções de seu preenchimento e isso passou a ser bastante divulgado pelas empresas.

Até o advento da Lei nº.11.638, a Demonstração do Valor Adicionado não era obrigatória, sendo, no entanto, adotada por diversas empresas preocupadas com essas questões sociais. A adoção dessa Demonstração também era incentivada pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, conforme se observa no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº.01/2007, que traz, inclusive, um modelo simplificado da Demonstração do Valor Adicionado, elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisa Contábeis, Atuariais e Financeiras da USP. A entidade reguladora de mercado mobiliário também se referia à Demonstração do Valor Adicionado nos seguintes Pareceres de Orientação:

- o Parecer de Orientação CVM nº.15/87, na parte que trata do Relatório da Administração;
- o Parecer de Orientação CVM nº.24/92, sobre divulgação da Demonstração de Valor Adicionado.

No final do ano de 2007, foi aprovada a lei nº.11.638 que altera profundamente a Lei 6.404. Dentre essas modificações, uma delas é a introdução de forma obrigatória da divulgação para as empresas de capital aberto, dessa nova demonstração chamada Demonstração do Valor Adicionado. O que se espera é que todas as empresas independentemente de serem abertas ou fechadas passem a divulgar ou continuem divulgando essa demonstração.

Essa demonstração não é exatamente uma novidade para os contadores, a novidade é torná-la obrigatória para as empresas abertas. Nesses últimos dez anos muitas empresas já

vêm fazendo e divulgando essa demonstração, por exemplo, no ano de 2006, 64 empresas abertas publicaram essa demonstração e 126 empresas fechadas também o fizeram. No ano de 2007 foram 77 empresas abertas que divulgaram essa demonstração mesmo sem ter qualquer tipo de obrigação e foram 117 empresas fechadas que também fizeram essa divulgação.

2.4.4 Aspectos Normativos da Demonstração do Valor Adicionado

Segundo Azevedo (2009, p.135) “A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, para as Companhias Abertas, passou a ser elaborada obrigatoriamente a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao da publicação da Lei 11.638/2007”.

O artigo 1º da Lei nº.11.638/2007 trouxe alteração especificamente no inciso V do artigo 176 da Lei 6.404/1976 criando a obrigatoriedade da elaboração da “Demonstração do valor Adicionado – DVA” para as Companhias Abertas.

A Resolução do CFC nº.1.010/2005 elaborou e aprovou a NBC (Norma Brasileira de Contabilidade) T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado. Essa resolução entrou em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2005.

A CVM – Comissão de Valores Mobiliários por meio do Ofício-Circular CVM/SEP nº.001/2008, conforme descrito no item 1.12 do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº.001/2007, de 14 de fevereiro de 2007, já vinha incentivando e apoiando a divulgação voluntária de informações de natureza social. Com o objetivo de orientar e incentivar as companhias, foi apresentado, no citado item 1.12 do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº.001/2007, um modelo simplificado de Demonstração do Valor Adicionado – DVA (baseado em modelo elaborado pela FIPECAFI) com instruções para o seu preenchimento. A CVM - Comissão de Valores Mobiliários, também apresentou o seu modelo da Demonstração do Valor Adicionado (IN CVM nº469/maio/2008, artigo 6º e Nota Explicativa à IN CVM nº469/maio/2008).

O Pronunciamento Técnico CPC-09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA) regulou a apresentação dessa nova demonstração contábil, exigida a partir da aprovação da Lei nº.11.638/2007, que introduziu o item “V” no artigo 176 da Lei nº.6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações).

O CFC (Conselho Federal de Contabilidade) aprovou a NBC T 3.7 - Demonstração do Valor Adicionado por meio da Resolução nº.1.138/2008, esclarecendo que esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando a Resolução CFC nº.1.010/2005.

A CVM - Comissão de Valores Mobiliários aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº557/2008).

2.5 PRIMAZIA DA ESSÊNCIA SOBRE A FORMA

2.5.1 Definição: Aspectos Conceituais, importância e benefícios trazidos às informações sob a ótica dessa interpretação subjetiva.

O Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis – Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – “Estrutura para a Preparação e a Apresentação das Demonstrações Contábeis” (Framework for the Preparation and Financial Statements) – (IASB) em seu item intitulado Confiabilidade subitem Primazia da essência sobre a forma nos orienta:

Para que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar, é necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal. A essência das transações ou outros eventos nem sempre é consistente como que aparenta ser com base na sua forma legal ou artificialmente produzida.(COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010)

Sobre esse aspecto Martins, Eliseu; et al.(2009, p 15) explica a respeito da Prevalência da Essência sobre a Forma. Normatização contábil: ensaio sobre sua evolução e o papel do CPC.

Decorre dessa visão, a consequência de que, se houver, em algum momento, algum instrumento formal, mesmo que por lei ou apoiado em lei, que precise ser contabilizado e, se registrado conforme suas características formais, não representem bem a realidade, deve-se então abandonar, na contabilidade, a forma, e registrar-se a essência econômica dos fatos e atos escrituráveis.

2.5.2 Alguns pontos polêmicos quanto a interpretação dada aos agentes de distribuição de riqueza: Legislação Atual X Primazia da essência sobre a forma de cada um dos componentes da demonstração que geram interpretações diversas.

A contabilidade se enquadra dentro do campo das ciências sociais, e apesar de lidar muito intensamente com números ela é uma ciência humana, suscetível a um universo de opiniões, interpretações, avaliações e critérios divergentes entre si, o que fornece um exaustivo campo de estudo e investigação.

Dentro do campo de estudo a Demonstração do Valor Adicionado por si só já é campo de polêmicas entre o conceito econômico e o conceito contábil. Para Santos (2007,p.35) “As diferenças que existem são relativas à forma de tratamento dada a determinados itens que compõem a Demonstração do Valor Adicionado e do PIB”

Deve-se salientar que, as divergências não se restringem aos contadores e economistas, mas alcançam também os próprios contadores e economistas entre si.

No universo da contabilidade essa preocupação já é objeto de reflexão entre os principais estudiosos da área e assim nos elucida Santos (2007, p. 35 e 36)

Outro ponto que, principalmente pela importância conseguida nos últimos anos, passa a ser uma preocupação dos analistas dessas informações são os pagamentos efetuados a terceiros por conta das “terceirizações”. As análises das Demonstração do Valor Adicionado’s das empresas e dos segmentos, ao longo do tempo, precisarão levar em conta esse tipo de transferência, sob pena de concluir de forma incorreta. Imagine-se, por exemplo, uma indústria que resolva terceirizar 40% dos trabalhos que eram realizados por seus empregados. A deslocação da mão de obra, que, como se sabe, em muitos casos é composta pelos próprios antigos trabalhadores, poderá provocar viés no valor da riqueza criada e na forma de distribuí-la. Essas e muitas outras discussões deverão nortear o estabelecimento da forma adequada para o modelo de Demonstração do Valor Adicionado que possa auxiliar a Economia no cálculo de agregados macroeconômicos.

Partindo dessa inquietação pode-se inferir outras hipóteses que também serão pertinentes à temática abordada.

Pode-se afirmar que, no caso dos empregados terceirizados, o valor que em princípio estaria alocado como distribuição do valor adicionado no campo de distribuição com pessoal, nesse momento passaria a ser tratado como insumos adquiridos de terceiros, diminuindo assim, o valor adicionado líquido e o valor adicionado total a distribuir. Desta forma estaria

assim, distorcendo também as informações quanto à contribuição dessa empresa na distribuição dos valores com pessoal.

Decorre-se então, a dedução de que, como este serviço está agora sujeito, as mesmas obrigações que a empresa fonte pagadora deste insumo, ou seja, pessoal, governo, financiamentos e acionistas, estes valores seriam então, evidenciados como distribuição na Demonstração do Valor Adicionado da empresa prestadora de serviço.

Porém é inquietante lembrar que dentre o campo Financiamentos na evidenciação da distribuição do valor adicionado configura-se uma destinação para aluguéis que em diversos casos, por se tratarem de pessoas jurídicas, da mesma forma se comportarão como as empresas prestadoras de serviços e seguindo essa linha de pensamento estarão sujeitas as mesmas obrigações que estas, devendo, portanto evidenciar em sua Demonstração do Valor Adicionado as destinações com pessoal, governo, financiamentos e acionistas.

O caso de aluguel de equipamentos é um exemplo claro de que somente o objeto da prestação de serviço é divergente, e tudo o mais, no que tange a obrigações se equiparam.

Esta forma de interpretar dois fatos contábeis de igual essência e forma de modos diferentes, uma como insumos e outra como distribuição, foge ao conceito de interpretação que rege a orientação dada pelo Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis – Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – “Estrutura para a Preparação e a Apresentação das Demonstrações Contábeis” (Framework for the Preparation and Financial Statements) – (IASB) em seu item intitulado Confiabilidade subitem Primazia da essência sobre a forma.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 METODOLOGIA

Neste momento do estudo será apresentada a metodologia necessária e utilizada para esta pesquisa, possibilitando realizar o objetivo proposto.

Quanto à natureza é uma pesquisa aplicada, e objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática gerando informações verídicas e de interesses informacional.

Quanto aos procedimentos seria um estudo de caso, onde concentraremos a atenção em um determinado objeto de estudo (Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN), em determinado período de tempo (2007-2009), também será dado um enfoque experimental onde haverá manipulação e observação de algumas variáveis (serviços de terceiros).

Quanto aos objetivos é uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa e embasamento teórico.

A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo objetivando conhecer um fenômeno social. Apesar de a Contabilidade lidar com números, ela é uma ciência social, e não uma ciência exata, o que justifica a relevância do uso da abordagem qualitativa.

Os dados desta pesquisa foram obtidos por meio de levantamentos bibliográfico, documental e entrevistas.

Na pesquisa bibliográfica o material consultado é constituído de livros, artigos publicados em revistas, anais de congressos e seminários, periódicos, internet, dissertações, teses e outros.

Segundo Marconi e Lakatos apud Scherer (2006, p.46) “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

Na pesquisa documental, foram consultadas os Balanços Sociais, mais especificamente as Demonstrações do Valor Adicionado dos três últimos anos da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, bem como as demais demonstrações contábeis, relatórios de administração, notas explicativas, legislação e pronunciamentos do

Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Deliberações da CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

3.2 ESTUDO DE CASO

A abordagem deste trabalho foi feita com base nos dados apresentados e publicados na CVM - Comissão de Valores Mobiliários pela Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, durante os anos de 2007, 2008 e 2009.

O setor elétrico é um segmento necessário e presente em todas as atividades da sociedade. Pode-se dizer que, praticamente, toda a tecnologia atual está baseada na eletricidade – das mais elementares às mais sofisticadas – e sua ausência pode causar um caos social e econômico generalizado. (RIBEIRO, 2008, p.2)

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, sociedade por ações de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A., é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL tem recomendado a adoção a Demonstração do Valor Adicionado desde 1998. (RIBEIRO, 2008, p.1)

O objeto de estudo são as Demonstrações do Valor Adicionado da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, durante os três últimos anos.

A abordagem deste trabalho é feita com base nos dados apresentados e publicados na CVM - Comissão de Valores Mobiliários pela Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, durante os anos de 2007, 2008 e 2009.

3.2.1 Histórico

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN) foi criada em dezembro de 1961. Nos anos seguintes, incorporou os ativos da Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil (CFLNB) no estado e, em 1972 assumiu a concessão da Companhia de Melhoramentos Mossoró S.A. (COMENSA).

A COSERN tem um histórico de crescimento constante, culminando com a sua privatização, em dezembro de 1997, adquirida majoritariamente pelo grupo Neoenergia S.A., conforme composição acionária abaixo. Até 2008, a Empresa investiu no estado R\$ 777,4 milhões e é hoje a única distribuidora do Rio Grande do Norte. Em 2008 a COSERN superou a marca de um milhão de clientes, atendendo a 100% da população urbana e a 99,1% da rural¹.

Tabela 1: Composição Acionária

Empresa	Participação	Ações
Neoenergia S.A.	84,45%	141.934.878
Iberdrola	7,01%	11.782.384
Uptick Participações S.A	5,82%	9.780.611
Previ	1,54%	2.596.014
Outros	1,18%	1.980.141

Fonte: Relatório Socioambiental 2008 COSERN (2008, p.9)

3.2.2 Perfil COSERN

A COSERN é uma Empresa de capital aberto, prestadora do serviço público essencial, a distribuição de energia elétrica para o estado do Rio Grande do Norte. Desde 1997, ano em que foi privatizada, a Empresa tem demonstrado sua capacidade de cumprir seus objetivos, entre eles, a ampliação das oportunidades de desenvolvimento do estado.

Para isso, a COSERN tem investido em pesquisas e estudos para projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica, além da utilização de fontes alternativas de energia, renováveis ou não, e de serviços correlatos que venham a ser concedidos para sua exploração.

Desde a sua privatização, a Empresa aumentou em quase 70% o número de consumidores atendidos, tendo ultrapassado, em 2008, a marca de 1 milhão de clientes. Sua atuação estendeu-se, nesse período, para uma área de 53.307 km², abrangendo 167 municípios, o que representa um mercado consumidor de aproximadamente 3,8 milhões de megawatts/hora. A receita com a distribuição de energia elétrica vem em sua maioria dos clientes residenciais, representando 36,2% do total, vindo em seguida, os comerciais, 24,7% e os industriais, 20,6%.

Os clientes do mercado livre, ou seja, que podem comprar energia de outro fornecedor ou têm demanda contratada acima de 1MW, formam o segmento de grandes clientes, que representa, em média, 27,7% das receitas com venda de energia da Companhia. O foco da Empresa em relação a esse segmento é o de conquistar a sua lealdade e fidelização por meio de um atendimento personalizado e preferencial, inclusive fornecendo produtos e serviços que reduzem o custo médio da energia elétrica consumida pelo cliente.

Para atender a esse mercado, a COSERN desenvolveu, até 2008, uma estrutura composta por 17 agências, um centro de operações, 56 subestações, 39.722 quilômetros de rede (linhas de distribuição) e 32.582 transformadores de distribuição; tudo isso operado por 737 empregados.

Além disso, a Companhia apresenta uma série de indicadores positivos nas áreas operacional, administrativa, social e ambiental, como reflexo de suas políticas de qualidade, responsabilidade social e gestão sustentável.¹

4 TRATAMENTO DOS DADOS: ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS DE PESQUISA REALIZADA COM A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADOS NO PERÍODO DE 2007 A 2009 NA COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN

A seguir será apresentado duas formas propostas da Demonstração do Valor Adicionado e também a representação percentual do resultado obtido.

Dentre o elenco de serviços constantes na conta Serviços de Terceiros, é identificada atividades que comumente se relaciona com a operacionalidade do sistema para a prestação do serviço.

Em seu Relatório Sócio Ambiental/2008 a Empresa publicou em seu item 4.1 Indicadores Sociais Internos subitem 4.1.1.6 Trabalhadores Terceirizados o seguinte esclarecimento:

A COSERN possui o Plano de Saúde e Segurança das Empresas Prestadoras de Serviços (PSS), que estabelece procedimentos técnicos e administrativos para disciplinar a aplicação das normas e da Legislação de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho nas Empresas Prestadoras de Serviços da COSERN, conforme estabelecido em contrato.

A Empresa encerrou 2008 com 1.718 trabalhadores terceirizados, número 6,71% maior do que em 2007. (COSERN, 2007, p.57)

Serviços de telecomunicação, telefone e internet, atendimento e teleatendimento, diversos tipos de manutenção e conservação de equipamentos e instalações bem como serviços ligados a área de apoio como consultorias, serviços jurídicos, malote e franquia postal, processamentos de dados, etc., são sem dúvidas atividades que de uma forma ou de outra estão ligados à operacionalidade de uma empresa tanto quanto remunerações, pois sem o apoio dado por esses serviços seria inviável a manutenção da operacionalidade de qualquer atividade.

O Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado em seu item intitulado Distribuição da riqueza subitem Pessoal fornece a seguinte orientação:

Benefícios – representados pelos valores relativos a assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria etc.

Neste mesmo pronunciamento em seu item intitulado Distribuição de riqueza subitem Remuneração de capitais de terceiros existe a seguinte orientação a respeito de aluguéis e outros:

Aluguéis – inclui os aluguéis (inclusive as despesas com arrendamento operacional) pagos ou creditados a terceiros, inclusive os acrescidos aos ativos.

Outras – inclui outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, tais como *royalties*, franquia, direitos autorais, etc.

Construindo parâmetros de comparação, para que se estabeleça pontos coincidentes em essência, serviços de terceiros, pessoal, aluguéis e outros apresentam características muito semelhantes.

- Serviços de terceiros e pessoal gozam de benefícios de Plano de Saúde e Segurança;
- Serviços de terceiros e aluguéis tem como característica a locação, sendo que no primeiro caso o objeto de locação é a mão de obra e no segundo caso o objeto pode ser máquinas, equipamentos ou imóveis;
- Serviços de terceiros e outras inclui remunerações que configuram transferência de riqueza a terceiros.

O Pronunciamento Conceitual Básico emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis é claro quando orienta a respeito da necessidade da apresentação dos eventos e transações de acordo com a sua substância e realidade econômica e não meramente na sua forma legal. Diante disso não é correto dar tratamento a fatos com pontos coincidentes em tantas características de uma forma que induza a uma interpretação divergente.

Diante desta constatação será estudado no tópico a seguir as consequências deste equívoco.

4.1 SEGUNDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE: APRESENTAÇÃO DE DADOS OFICIAIS DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADOS NA COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN NOS ANOS DE 2007 A 2009.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009/08/07

(Valores expressos em milhares de reais)

RECEITAS	2009	2008	2007
Vendas de energia e serviços	1.265.696	1.165.257	1.091.753
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(1.691)	(230)	(13.168)
Resultado não operacional	(2.078)	(1.126)	(1.306)
	<u>1.261.927</u>	<u>1.163.901</u>	<u>1.077.279</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Energia elétrica e uso da rede	(497.458)	(421.563)	(303.650)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(45.684)	(58.574)	(71.679)
	<u>(543.142)</u>	<u>(480.137)</u>	<u>(375.329)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>718.785</u>	<u>683.764</u>	<u>701.950</u>
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	<u>(33.371)</u>	<u>(35.369)</u>	<u>(39.092)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>685.414</u>	<u>648.395</u>	<u>662.858</u>
VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO - Receitas financeiras	70.683	91.369	85.024
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>756.097</u>	<u>739.764</u>	<u>747.882</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal e administradores			
Remunerações	28.192	25.466	19.427
Encargos sociais (exceto INSS)	2.848	2.414	1.985
Entidade de previdência privada	1.617	1.056	1.473
Auxílio alimentação	2.822	2.414	2.112
Incentivo à aposentadoria e PDV	448	(782)	3.311
Vale transporte	341	289	288
Formação e desenvolvimento	500	548	807
Segurança, higiene e medicina do trabalho	132	235	216
Indenizações trabalhistas	1.781	1.318	1.593
Provisão para férias e 13º salário	6.827	4.864	4.224
Convênio assistencial e outros benefícios	6.295	4.642	3.278
Plano de saúde	1.763	1.495	1.265
Participação nos resultados	7.825	7.152	10.305
Administradores	1.662	975	1.300
Encerramento de ordem em curso	13	7	9
(-) Transferências para ordens	(11.279)	(7.715)	0
Custos imobilizados	(2.743)	(2.024)	(1.619)
Total	49.044	42.354	49.974
Governo			
INSS (sobre folha de pagamento)	7.238	7.145	7.266
ICMS	235.647	209.642	179.106
PIS e COFINS sobre faturamento	115.724	33.936	75.502
Imposto de renda e contribuição social	32.426	110.553	101.444
Obrigações intra-setoriais	60.849	50.565	62.968
Outros	1.140	1.659	4.346
Total	453.024	413.500	430.632
Financiamentos			
Juros e variações monetárias	52.529	66.890	89.950
Aluguéis	346	368	340
Outros	3.989	4.308	7.872
Total	<u>56.864</u>	<u>71.566</u>	<u>98.162</u>
Acionistas			
Juros sobre o capital próprio	33.786	32.061	30.300
Dividendos	163.379	141.664	138.814
Reserva de lucros	-	38.619	-
Reserva legal	-	-	-
Total	<u>197.165</u>	<u>212.344</u>	<u>169.114</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO	<u>756.097</u>	<u>739.764</u>	<u>747.882</u>

4.2 A PARTIR DA PRIMAZIA DA ESSÊNCIA SOBRE A FORMA: APRESENTAÇÃO DOS MESMOS DADOS DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO NA COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN, SEGUNDO A INTERPRETAÇÃO DA PRIMAZIA DA ESSÊNCIA SOBRE A FORMA.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009/08/07

(Valores expressos em milhares de reais)

RECEITAS	2009	2008	2007
Vendas de energia e serviços	1.265.696	1.165.257	1.091.753
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(1.691)	(230)	(13.168)
Resultado não operacional	(2.078)	(1.126)	(1.306)
	<u>1.261.927</u>	<u>1.163.901</u>	<u>1.077.279</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Energia elétrica e uso da rede	(497.458)	(421.563)	(303.650)
Materiais e outros	(941)	(14.883)	(28.739)
	<u>(498.399)</u>	<u>(436.446)</u>	<u>(332.389)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>763.528</u>	<u>727.455</u>	<u>744.890</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	<u>(33.371)</u>	<u>(35.369)</u>	<u>(39.092)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>730.157</u>	<u>692.086</u>	<u>705.798</u>
VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO - Receitas financeiras	70.683	91.369	85.024
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>800.840</u>	<u>783.455</u>	<u>790.822</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal e administradores			
Remunerações	28.192	25.466	19.427
Encargos sociais (exceto INSS)	2.848	2.414	1.985
Entidade de previdência privada	1.617	1.056	1.473
Auxílio alimentação	2.822	2.414	2.112
Incentivo à aposentadoria e PDV	448	(782)	3.311
Vale transporte	341	289	288
Formação e desenvolvimento	500	548	807
Segurança, higiene e medicina do trabalho	132	235	216
Indenizações trabalhistas	1.781	1.318	1.593
Provisão para férias e 13º salário	6.827	4.864	4.224
Convênio assistencial e outros benefícios	6.295	4.642	3.278
Plano de saúde	1.763	1.495	1.265
Participação nos resultados	7.825	7.152	10.305
Administradores	1.662	975	1.300
Encerramento de ordem em curso	13	7	9
(-) Transferências para ordens	(11.279)	(7.715)	0
Custos imobilizados	(2.743)	(2.024)	(1.619)
Total	49.044	42.354	49.974
Governo			
INSS (sobre folha de pagamento)	7.238	7.145	7.266
ICMS	235.647	209.642	179.106
PIS e COFINS sobre faturamento	115.724	33.936	75.502
Imposto de renda e contribuição social	32.426	110.553	101.444
Obrigações intra-setoriais	60.849	50.565	62.968
Outros	1.140	1.659	4.346
Total	453.024	413.500	430.632
Serviços de Terceiros	44.743	43.691	42.940
Financiamentos			
Juros e variações monetárias	52.529	66.890	89.950
Aluguéis	346	368	340
Outros	3.989	4.308	7.872
Total	<u>56.864</u>	<u>71.566</u>	<u>98.162</u>
Acionistas			
Juros sobre o capital próprio	33.786	32.061	30.300
Dividendos	163.379	141.664	138.814
Reserva de lucros	-	38.619	-
Reserva legal	-	-	-
Total	<u>197.165</u>	<u>212.344</u>	<u>169.114</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO	<u>800.840</u>	<u>783.455</u>	<u>790.822</u>

A Distribuição da riqueza na empresa se comporta conforme demonstrado a seguir:

Tabela 2: Comportamento da Distribuição do Valor Adicionado

Distribuição do Valor Adicionado - Oficial			
	2009	2008	2007
Pessoal e Administradores	6,49%	5,73%	6,68%
Governo	59,92%	55,90%	57,58%
Financiamentos	7,52%	9,67%	13,13%
Acionistas	26,08%	28,70%	22,61%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Distribuição do Valor Adicionado - Segundo a interpretação da Primazia da Essência Sobre a Forma			
	2009	2008	2007
Pessoal e Administradores	6,12%	5,41%	6,32%
Serviços de Terceiros	5,59%	5,58%	5,43%
Governo	56,57%	52,78%	54,45%
Financiamentos	7,10%	9,13%	12,41%
Acionistas	24,62%	27,10%	21,38%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Valor Adicionado			
	2009	2008	2007
Publicada	756.097	739.764	747.882
Sugerida	800.840	783.455	790.822
Diferença	44.743	43.691	42.940
% de desvio	5,92%	5,91%	5,74%

Fonte: Elaborado pela autora (2010)

Os quadros acima demonstram em valores percentuais a forma como se comporta a Demonstração do Valor Adicionado segundo as duas interpretações.

Em termos percentuais a diferença do Valor Adicionado da empresa não é muito significativa, em média de 6%, por outro lado também observa-se que essa pequena mudança reflete em todos os aspectos de forma positiva do valor adicionado com o qual a empresa contribui para a sociedade.

A visão que uma sociedade tem a respeito de uma empresa é um importante componente de valoração para essa empresa. Segundo De Luca citado por Santos e Hashimoto (2003, p.154)

É crescente na sociedade a preocupação de analisar a empresa como uma instituição social e não somente como uma instituição econômica, tendo em vista que a sociedade vem premiando aquelas empresas que tomam iniciativas de desenvolver atividades sociais relacionadas com seus

empregados e com a sociedade e de participar do processo de preservação e proteção do meio ambiente onde ela está inserida.

O que se observa de mais positivo nesses resultados é a contribuição da empresa com Pessoal e Administradores e Serviços de Terceiros que, em essência se trata de fatos contábeis de mesma natureza.

Esses índices praticamente dobraram de valor o que faz com que a visão de contribuição que essa empresa oferece a sociedade na qual está inserida tenha uma imagem muito mais contributiva, na medida em que os índices de Distribuição do Valor Adicionado para governo, financiamentos e acionistas diminuíram no mesmo patamar do crescimento do Valor Adicionado (em torno de 6%).

4.3 UTILIZAÇÃO DO VALOR ADICIONADO COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE

4.3.1 Potencial do Ativo em Gerar Riqueza

O Ativo, financiado por Capital Próprio e Capital de Terceiros, é quem gera receita, a qual, por sua vez, gera riqueza para a empresa.

Conforme elucida Marion (2009 p. 240):

Num extremo poderíamos ter uma empresa com taxa de retorno não tão atraente, mas com potencial significativo em gerar riqueza.

Nesse caso, o administrador poderia argumentar que, se o retorno econômico não foi tão especial, o resultado social superou a expectativa (remuneração do quadro de funcionários, diretores, pagamento de impostos, acionistas etc. são relevantes em relação ao mercado).

Esse índice mede quanto cada real investido no Ativo gera de riqueza (valor adicionado), a ser transferido para os setores que se relacionam com a empresa.

No caso da COSERN o Potencial do Ativo em Gerar Riqueza se apresenta conforme demonstramos abaixo.

Os índices extraídos conforme a Demonstração do Valor Adicionado publicada e a Demonstração do Valor Adicionado sugerida se apresentam conforme segue:

Tabela 3: Potencial do Ativo em Gerar Riqueza

	Resultado publicado					
	2009		2008		2007	
	<u>756.097</u>	0,50	<u>739.764</u>	0,56	<u>747.882</u>	0,57
Potencial do Ativo em Gerar Riqueza	1.502.844		1.330.081		1.301.559	

<u>Valor Adicionado</u> Ativo	Resultado sugerido					
	2009		2008		2007	
	<u>800.840</u>	0,53	<u>783.455</u>	0,59	<u>790.822</u>	0,61
	1.502.844		1.330.081		1.301.559	

Fonte: Elaborado pela autora (2010)

Visto que não houve um aumento significativo no Valor Adicionado da empresa esses índices também não sofreram grandes modificações.

4.3.2 Retenção da Receita

“Da receita Total, parte é comprometida com terceiros, ou seja, transferida para outras empresas que não agregam valor para a empresa em análise” (Marion, 2009 p. 240).

Esse percentual mostra o quanto fica dentro da empresa, acrescentando valor para funcionários, acionistas, governo, financiadores e lucro retido.

Uma análise horizontal mostra a tendência da empresa em aumentar ou diminuir a receita que é absorvida.

Os índices extraídos conforme a Demonstração do Valor Adicionado publicada e a Demonstração do Valor Adicionado sugerida se apresentam conforme segue:

Tabela 4: Retenção da Receita

	Resultado publicado					
	2009		2008		2007	
	<u>756.097</u>	0,60	<u>739.764</u>	0,63	<u>747.882</u>	0,69
Retenção da receita	1.265.696		1.165.257		1.091.753	

<u>Valor Adicionado</u> Receita Total	Resultado sugerido					
	2009		2008		2007	
	<u>800.840</u>	0,63	<u>783.455</u>	0,67	<u>790.822</u>	0,72
	1.265.696		1.165.257		1.091.753	

Fonte: Elaborado pela autora (2010)

Visto que não houve um aumento significativo no Valor Adicionado da empresa esses índices também não sofreram grandes modificações.

4.3.3. Valor Adicionado per capita

Esse índice indica uma forma de avaliar quanto cada empregado contribui para a formação da riqueza da empresa, seria um indicador de produtividade que informa a participação de cada empregado na riqueza gerada.

Os índices extraídos conforme a Demonstração do Valor Adicionado publicada e a Demonstração do Valor Adicionado sugerida se apresentam conforme segue:

Tabela 5: Valor Adicionado per Capta

	Resultado publicado					
	2009		2008		2007	
	<u>756.097</u>	1030,10	<u>739.764</u>	1003,75	<u>747.882</u>	1023,09
Valor Adicionado per capita	734		737		731	
<u>Valor Adicionado</u> Nº de Funcionários	Resultado sugerido					
	2009		2008		2007	
	<u>800.840</u>	1091,06	<u>783.455</u>	1063,03	<u>790.822</u>	1081,84
	734		737		731	

Fonte: Elaborado pela autora (2010)

O Valor Adicionado per capita nesse caso sofre um aumento que muito se assemelha a variação percentual do Valor Adicionado segundo as duas interpretações.

Cabe, porém lembrar que esse índice deveria também levar em consideração a mão de obra terceirizada que em essência pode ser entendida como mão de obra da própria empresa.

Se considerando o número de trabalhadores terceirizados conforme o Relatório Sócio Ambiental/2008 em seu item 4.1 Indicadores Sociais Internos subitem 4.1.1.6 Trabalhadores Terceirizados que nos esclarece: “A Empresa encerrou 2008 com 1.718 trabalhadores terceirizados, número 6,71% maior do que em 2007” (COSERN, 2008,p.57), dessa forma teríamos o seguinte resultado:

Tabela 6: Valor Adicionado per Capta

		Resultado publicado	
		2009	2008
Valor Adicionado per capita		<u>756.097</u>	<u>739.764</u>
		734	737
		1030,10	1003,75
		Resultado sugerido	
		2009	2008
<u>Valor Adicionado</u> Nº de Funcionários		<u>800.840</u>	<u>783.455</u>
		2.452	2.347
		326,61	333,81

Fonte: Elaborado pela autora (2010)

Neste caso houve uma diminuição significativa desse índice devido ao aumento considerável do número de funcionários. Porém é importante lembrar que esses trabalhadores é a mão de obra da empresa e devem, portanto configurar como tal, em seus cálculos de índices sociais. Dessa forma essas informações estarão consideravelmente mais fiéis à realidade social da empresa

5 CONCLUSÃO E, CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi o de evidenciar as variações encontradas na Demonstração do Valor Adicionado da COSERN, empresa de distribuição de energia elétrica, após uma nova interpretação das informações a partir da visão dada sob a égide do princípio: Primazia da essência sobre a forma.

A metodologia aplicada foi uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa e embasamento teórico. Os dados desta pesquisa foram obtidos por meio de levantamentos bibliográfico, documental e entrevistas.

A partir do estudo feito conclui-se que o valor adicionado da empresa variou em torno 6% a mais do montante publicado pela empresa. Este valor em termos percentuais pode não ser muito significativo, porém em termos absolutos estes dados gera uma nova visão para a sociedade em que a empresa esta inserida.

Esses resultados se restringem somente a empresa em questão, dependendo do segmento e da política de administração da empresa isso poderia variar consideravelmente.

Estes dados na interpretação técnica de contadores, economistas, administradores, etc. talvez não gerem em números absolutos diferenças que possam interferir em suas tomadas de decisão, mas aos olhos da sociedade esta informação ira fornecer uma nova visão da empresa quanto a sua contribuição.

No caso da COSERN, muito dessas informações já são divulgadas em seu Relatório Socioambiental, porém os órgãos reguladores impõem padrões de apresentações que não atendem nem mesmo aos seus próprios pronunciamentos e deliberações no que diz respeito especificamente a Demonstração do Valor Adicionado e a Primazia da essência sobre a forma.

As demonstrações contábeis devem fornecer informações para atender àqueles que detêm interesses de natureza diversa e não somente suprir as necessidades dos sócios e acionistas da empresa, bem como do governo.

A empresa antes de tudo deve ser vista pela sua função social por ocupar um importante papel na sociedade na medida em que busca o bem estar da sociedade em que se insere.

A partir dessa premissa conclui-se que, se publicarmos as demonstrações com informações evidenciando a transparência dos fatos e atendendo a realidade muito mais em sua essência do que propriamente em sua forma, ao mesmo tempo em se demonstra a real

função social da empresa e obtêm-se dessa forma, uma imagem favorável de uma empresa com preocupação social e capta-se benefícios de toda ordem em retribuição a essa contribuição, seja em forma de obtenção de recursos, incentivos fiscais ou mesmo faturamento.

ANEXOS 1

Balço Patrimonial

Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007
1	Ativo Total	1.502.844	1.330.081	1.301.559
1.01	Ativo Circulante	511.364	375.338	406.157
1.01.01	Disponibilidades	77.402	37.556	64.759
1.01.01.01	Caixa e equivalente de caixa	77.402	37.556	64.759
1.01.02	Créditos	432.317	336.090	339.682
1.01.02.01	Clientes	206.608	190.286	178.104
1.01.02.01.01	Consumidores, conces, e permissionárias	210.316	198.712	189.931
1.01.02.01.02	Títulos a receber	29.338	29.788	31.667
1.01.02.01.03	(-) Prov. créd. liquidação duvidosa-PCLD	-33.046	-38.214	-43.494
1.01.02.02	Créditos Diversos	225.709	145.804	161.578
1.01.02.02.01	Ativos regulatórios	94.170	75.687	61.202
1.01.02.02.02	Serviços em curso	9.533	3.042	7.825
1.01.02.02.03	Titulos e valores mobiliários	3.140	2.626	1.514
1.01.02.02.04	Tributos e contrib. sociais	42.163	19.535	51.247
1.01.02.02.05	Tributos e contrib. sociais diferidos	10.185	11.793	13.541
1.01.02.02.06	Benef.fiscal-ágio incorp. controladora	8.965	8.933	9.321
1.01.02.02.07	Despesas pagas antecipadamente	1.039	642	1.400
1.01.02.02.20	Outros créditos	56.514	23.546	15.528
1.01.03	Estoques	1.645	1.692	1.716
1.01.04	Outros	0	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	991.480	954.743	895.402
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	405.888	462.321	489.476
1.02.01.01	Créditos Diversos	405.888	462.321	489.476
1.02.01.01.01	Consumidores, conces. e permissionárias	15.871	15.717	14.837
1.02.01.01.02	Títulos a receber	216.174	223.389	208.879
1.02.01.01.03	(-) Prov. créd. liquidação duvidosa-PCLD	-182	-4	-4
1.02.01.01.04	Ativos regulatórios	0	58.085	99.540
1.02.01.01.05	Depósitos judiciais	1.483	1.483	1.483
1.02.01.01.06	Titulos e valores mobiliários	36.594	18.758	7.769
1.02.01.01.07	Tributos e contrib. sociais	11.004	11.395	12.083
1.02.01.01.08	Tributos e contrib. sociais diferidos	10.225	11.649	12.845
1.02.01.01.09	Benef. fiscal-ágio incorp. controladora	112.370	121.336	130.269
1.02.01.01.10	Bens e direitos destinados a alienação	0	9	9
1.02.01.01.11	Despesas pagas antecipadamente	0	0	1.346
1.02.01.01.20	Outros créditos	2.349	504	420
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	585.592	492.422	405.926
1.02.02.01	Investimentos	1.123	1.030	1.030
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	1.123	1.030	1.030
1.02.02.02	Imobilizado	527.355	450.248	381.740
1.02.02.02.01	Imobilizado - líquido	527.355	450.248	381.740
1.02.02.03	Intangível	57.114	41.144	23.156
1.02.02.03.01	Intangível - líquido	57.114	41.144	23.156
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

ANEXOS 2

		Passivo		
Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007
2	Passivo Total	1.502.844	1.330.081	1.301.559
2.01	Passivo Circulante	571.198	361.716	345.551
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	66.108	46.950	37.420
2.01.01.01	Empréstimos e financiamentos e encargos	66.108	46.950	37.420
2.01.02	Debêntures	18.990	1.538	5.048
2.01.02.01	Debêntures e encargos	18.990	1.538	5.048
2.01.03	Fornecedores	91.377	62.122	54.860
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	79.102	77.056	70.114
2.01.04.01	Tributos e contrib. sociais	48.010	33.272	26.881
2.01.04.02	Tributos e contrib.sociais diferidos	9.942	18.161	16.162
2.01.04.03	Taxas regulamentares	21.150	25.623	27.071
2.01.05	Dividendos a Pagar	211.908	107.510	89.413
2.01.05.01	Dividendos e juros sobre capital próprio	211.908	107.510	89.413
2.01.06	Provisões	6.464	6.375	2.107
2.01.06.01	Provisões para contingências	6.464	6.375	2.107
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	97.249	60.165	86.589
2.01.08.01	Passivos regulatórios	70.320	32.764	22.911
2.01.08.02	Folha de pagamento	1.617	982	950
2.01.08.03	Obrigações estimadas	8.466	10.034	51.520
2.01.08.04	Adiantamentos recebidos	2.362	3.015	2.319
2.01.08.05	Consumidores devolução baixa renda	160	276	276
2.01.08.06	Outras contas a pagar	14.324	13.094	8.613
2.02	Passivo Não Circulante	346.255	416.732	442.995
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	346.255	416.732	442.995
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	184.320	213.101	202.388
2.02.01.02	Debêntures	144.543	162.208	175.920
2.02.01.03	Provisões	0	0	0
2.02.01.03.01	Provisão para contingências	0	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.04.01	Coligada e controlada	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	17.392	41.423	64.687
2.02.01.06.01	Passivos regulatórios	0	4.109	11.239
2.02.01.06.02	Tributos e contrib. sociais	1.483	1.483	1.483
2.02.01.06.03	Tributos e contrib. sociais diferidos	0	14.378	28.562
2.02.01.06.04	Obrigações estimadas	862	1.433	0
2.02.01.06.05	Provisão para contingências	14.356	19.128	22.433
2.02.01.06.20	Outras contas a pagar	691	892	970
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	585.391	551.633	513.013
2.05.01	Capital Social Realizado	179.787	179.787	179.787
2.05.02	Reservas de Capital	266.766	266.766	184.337
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	138.838	105.080	148.889
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

ANEXOS 3

Demonstração do Resultado do Exercício				
Código da Conta	Descrição da Conta	01/01/2009	01/01/2008	01/01/2007
		a	a	a
		31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.265.696	1.165.257	1.091.753
3.01.01	Fornecimento de Energia Elétrica	532.235	541.948	445.141
3.01.02	Energia elétrica curto prazo - CCEE	25.491	29.851	19.087
3.01.03	Disponibilização sistema de distribuição	695.626	581.693	618.465
3.01.11	Outras receitas operacionais	12.344	11.765	9.060
3.02	Deduções da Receita Bruta	-410.607	-368.991	-341.935
3.02.01	ICMS	-235.647	-209.642	-179.106
3.02.02	PIS	-20.845	-20.959	-19.115
3.02.03	COFINS	-94.879	-89.593	-82.329
3.02.04	ISS	-528	-429	-389
3.02.05	Quota reserva global de reversão-RGR	-8.240	-1.557	-11.857
3.02.06	Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	-8.062	-7.290	-6.972
3.02.07	Subvenção Conta Combustível-CCC	-33.030	-31.214	-29.377
3.02.08	Programa Eficientização Energética-PEE	-4.264	-3.941	-3.323
3.02.09	Fundo Nac Des Cient e Tecnológico-FNDCT	-1.721	-1.580	-1.674
3.02.10	Empresa de Pesquisa Energética-EPE	-1.529	-790	-837
3.02.11	Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	-1.706	-1.580	-6.103
3.02.12	Encargos CBEE	2	4	0
3.02.13	Encargos do Consumidor - PROINFA	-158	-420	-853
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	855.089	796.266	749.818
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	-569.192	-502.418	-401.112
3.04.01	Pessoal	-20.072	-21.003	-21.152
3.04.02	Entidade de Previdência Privada	-776	-737	-503
3.04.03	Material	-2.609	-4.395	-4.874
3.04.04	Serviços de Terceiros	-14.601	-15.735	-15.829
3.04.05	Taxa Fisc Serv Energia Elétrica-TFSEE	-937	-1.878	-850
3.04.06	Energia elétrica comprada para revenda	-438.992	-355.019	-259.002
3.04.07	Encargos de uso sistema de transmissão	-58.466	-66.544	-44.648
3.04.08	Depreciação e amortização	-30.657	-32.386	-36.414
3.04.09	Arrendamentos e aluguéis	2	0	-20
3.04.10	Tributos	-169	-171	-190
3.04.11	Provisões líquidas - PCLD	-937	-381	-7.493
3.04.12	Provisão para perda da RTE	0	-1.054	-2.846
3.04.13	Provisão para perda da Energia Livre	0	-648	-5.460
3.04.19	Outros Custos	-458	-901	-945
3.04.20	Custo do serviço prestado a terceiros	-520	-1.566	-886
3.05	Resultado Bruto	285.897	293.848	348.706
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	-90.092	-79.630	-134.390
3.06.01	Com Vendas	-23.328	-23.157	-30.196
3.06.02	Gerais e Administrativas	-45.065	-43.456	-59.790
3.06.03	Financeiras	-19.621	-11.890	-43.098
3.06.03.01	Receitas Financeiras	70.683	91.369	85.024
3.06.03.01.01	Renda de aplicações financeiras	7.717	10.100	5.530
3.06.03.01.02	Juros/comis e acrésc morat de energia	33.823	35.521	30.007
3.06.03.01.03	Rem financeira ativos regulatórios	-2.337	28.651	38.215
3.06.03.01.04	Variação monetária	21.586	17.528	9.438
3.06.03.01.20	Outras receitas financeiras	9.894	-431	1.834
3.06.03.02	Despesas Financeiras	-90.304	-103.259	-128.122
3.06.03.02.01	Encargos de dívida	-39.239	-44.374	-51.616
3.06.03.02.02	Rem financeira passivos regulatórios	-3.726	-13.371	-30.764
3.06.03.02.03	Variação monetária	-9.565	-9.145	-7.570
3.06.03.02.04	Juros sobre o capital próprio	-33.786	-32.061	-30.300
3.06.03.02.20	Outras despesas financeiras	-3.988	-4.308	-7.872
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	947	876	978
3.06.04.01	Receita alienação/desativação bens e dir	947	876	978
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	-3.025	-2.003	-2.284
3.06.05.01	Despesa alienação/desativação bens e dir	-3.025	-2.003	-2.284
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	195.805	214.218	214.316
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	195.805	214.218	214.316
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	-38.093	-30.750	-78.190
3.10.01	Imposto de Renda corrente	-52.553	-50.795	-56.601
3.10.02	Contribuição Social corrente	-19.298	-18.574	-21.589
3.10.03	Imposto de renda incentivo SUDENE	33.758	38.619	0
3.11	IR Diferido	5.667	-3.185	2.688
3.11.01	Imposto de Renda diferido	10.735	4.512	8.293
3.11.02	Contribuição Social diferido	3.865	1.624	4.059

ANEXOS 4

Demonstração do Valor Adicionado				
Código da Conta	Descrição da Conta	01/01/2009 a 31/12/2009	01/01/2008 a 31/12/2008	01/01/2007 a 31/12/2007
6.01	Receitas	1.261.927	1.163.900	1.077.279
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	1.265.696	1.165.257	1.091.753
6.01.02	Outras Receitas	-2.078	-1.127	-1.306
6.01.02.01	Resultado alienação/ desat. bens e direi	-2.078	-1.127	-1.306
6.01.03	Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	0	0	0
6.01.04	Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	-1.691	-230	-13.168
6.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-543.142	-480.136	-375.329
6.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-497.458	-421.563	-303.650
6.02.02	Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros	-45.684	-58.573	-71.679
6.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	0	0
6.02.04	Outros	0	0	0
6.03	Valor Adicionado Bruto	718.785	683.764	701.950
6.04	Retenções	-33.371	-35.369	-39.092
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-33.371	-35.369	-39.092
6.04.02	Outras	0	0	0
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	685.414	648.395	662.858
6.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	70.683	91.369	85.024
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	0
6.06.02	Receitas Financeiras	70.683	91.369	85.024
6.06.03	Outros	0	0	0
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	756.097	739.764	747.882
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	756.097	739.764	747.882
6.08.01	Pessoal	49.044	42.354	49.974
6.08.01.01	Remuneração Direta	28.192	25.466	19.427
6.08.01.02	Benefícios	6.543	5.254	5.137
6.08.01.03	F.G.T.S.	2.848	2.414	1.986
6.08.01.04	Outros	11.461	9.220	23.424
6.08.01.04.01	Incentivo à aposentadoria e demissão	448	-782	3.311
6.08.01.04.02	Segurança, higiene e medicina do trabal	132	235	216
6.08.01.04.03	Indenizações trabalhistas	1.781	1.318	1.593
6.08.01.04.04	Convênio assistencial e outros benef	6.295	4.642	3.278
6.08.01.04.05	Administradores	1.662	975	1.300
6.08.01.04.06	Custos Imobilizados	-2.743	-2.024	-1.619
6.08.01.04.07	Outros	3.886	4.856	15.345
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	453.024	413.499	430.632
6.08.02.01	Federais	216.237	202.942	250.873
6.08.02.02	Estaduais	235.934	209.936	179.110
6.08.02.03	Municipais	853	621	649
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	56.864	71.567	98.162
6.08.03.01	Juros	52.529	66.891	89.950
6.08.03.02	Aluguéis	346	368	340
6.08.03.03	Outras	3.989	4.308	7.872
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	197.165	173.725	169.114
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	33.786	32.061	30.300
6.08.04.02	Dividendos	163.379	141.664	138.814
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	0	0	0
6.08.05	Outros	0	38.619	0
6.08.05.01	Reserva legal	0	0	0
6.08.05.02	Reserva de Lucro	0	38.619	0

ANEXOS 5

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS PUBLICADOS EM NE 2009

	2009			2008
	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas com vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total
<u>Receita Operacional Líquida</u>				855.089
<u>Custos / Despesas Operacionais</u>				-
Pessoal	(20.085)	(9.583)	(23.265)	(52.933)
Administradores	-	-	(1.778)	(1.778)
Entidade de previdência privada	(776)	(288)	(507)	(1.571)
Material	(2.967)	(204)	(331)	(3.502)
Serviços de terceiros	(14.734)	(11.713)	(18.296)	(44.743)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(937)	(1.202)	-	(2.139)
Energia elétrica comprada para revenda	(438.992)	-	-	(438.992)
Encargos de uso do sistema transmissão	(58.466)	-	-	(58.466)
Depreciação e amortização	(30.657)	(126)	(2.588)	(33.371)
Arrendamentos e aluguéis	2	(72)	(276)	(346)
Tributos	(169)	(16)	(427)	(612)
Provisões Líquidas - PCLD	(937)	(754)	-	(1.691)
Provisões Líquidas - Contingências	-	-	7.371	7.371
Provisão para perda RTE	-	(329)	-	(329)
Provisão para perda Energia Livre	-	3.772	-	3.772
Outros	(474)	(2.813)	(4.968)	(8.255)
Total custos / despesas operacionais	<u>(569.192)</u>	<u>(23.328)</u>	<u>(45.065)</u>	<u>(637.585)</u>
Resultado do Serviço				217.504
Resultado Financeiro				14.165
Juros sobre capital próprio				(33.786)
Resultado na Alienação/Desativação de Bens e Direitos				(2.078)
Resultado Operacional				<u>195.805</u>
				<u>214.218</u>

ANEXOS 6

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS PUBLICADOS EM NE 2008

	Ref.	2008			2007
		Custos dos Serviços de Energia Elétrica e Prestados a Terceiros	Despesas com vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total
<u>Receita Operacional Líquida</u>					796.266
<u>Custos/Despesas Operacionais</u>					749.818
Pessoal	(a)	(21.010)	(8.648)	(17.755)	(54.391)
Administradores		-	-	(1.074)	(1.413)
Entidade de previdência privada		(737)	(247)	(28)	(1.435)
Material		(5.057)	(203)	(338)	(5.771)
Serviços de terceiros		(16.557)	(10.163)	(16.971)	(42.940)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica – TFSEE		(1.878)	(320)	-	(1.972)
Energia elétrica comprada para revenda	(b)	(355.019)	-	-	(259.002)
Encargos de uso do sistema transmissão	(c)	(66.544)	-	-	(44.648)
Depreciação e amortização	(d)	(32.386)	(377)	(2.607)	(39.092)
Arrendamentos e aluguéis		-	(81)	(287)	(341)
Tributos		(171)	(1)	(1.057)	(3.958)
Provisões líquidas (reversões) - PCLD		(381)	151	-	(13.168)
Provisões para perda RTE		-	(1.878)	-	(5.002)
Provisões para perda Energia Livre		-	(1.155)	-	(9.596)
Provisões líquidas (reversões) - Contingências		-	-	1.649	(927)
Outros	(e)	(976)	(1.937)	(4.988)	(7.443)
Total custos/despesas operacionais		(500.716)	(24.859)	(43.456)	(491.099)
Resultado do Serviço		-	-	-	227.235
Resultado Financeiro		-	-	20.171	(12.798)
Juros sobre capital próprio		-	-	(32.061)	(30.300)
Resultado Operacional		-	-	-	215.622

Dados extraídos da CVM – Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em <http://www.cvm.gov.br/> Acesso em: 23 de fevereiro de 2010.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Osmar Reis. **DFC e DVA: "Demonstração dos fluxos de caixa" e "Demonstração do valor adicionado"**. 2. ed. São Paulo: Iob, 2009.

BRASIL. **Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm> Acesso em: 23 de fevereiro de 2010.

_____. **Lei Nº 11.638, de 27 de maio de 2009**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em < <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: 23 de fevereiro de 2010.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Avanços na qualidade da informação e divulgação das demonstrações contábeis**. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br/>> Acesso em: 23 de fevereiro de 2010.

_____. **Deliberação CVM nº. 539, de 14 de março de 2008**. Aprova o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC que dispõe sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em < <http://www.cvm.gov.br/>> Acesso em: 23 de fevereiro de 2010.

_____. **Deliberação CVM nº. 557, de 12 de novembro de 2008**. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da Demonstração do Valor Adicionado. Disponível em < <http://www.cvm.gov.br/>> Acesso em: 23 de fevereiro de 2010.

_____. **Instrução CVM nº. 469, de 2 de maio de 2008**, Dispõe sobre a aplicação da Lei Nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera as Instruções CVM nº 247, de 27 de março de 1996 e 331, de 4 de abril de 2000. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br/port/snc/inst469.pdf>> Acesso em: 23 de fevereiro de 2010.

_____. **Ofício-circular/CVM/SNC/SEP nº.01/2007 de 14 de fevereiro de 2007**, ASSUNTO: Orientação sobre Normas Contábeis pelas Companhias Abertas. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br/>> Acesso em: 23 de fevereiro de 2010.

_____. **Ofício-circular/CVM/SEP/Nº001/2007 de 20 de março de 2007**, ASSUNTO: Orientações gerais sobre procedimentos a serem observados pelas companhias abertas. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br/>> Acesso em: 23 de fevereiro de 2010.

_____. **Ofício-circular/CVM/SEP/Nº.001/2008 de 14 de março de 2008**, ASSUNTO: Orientações gerais sobre procedimentos a serem observados pelas companhias abertas. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br/>> Acesso em: 23 de fevereiro de 2010.

_____. **Parecer de orientação CVM Nº 15 de 28 de dezembro de 1987**, EMENTA: Procedimentos a serem observados pelas companhias abertas e auditores independentes na elaboração e publicação das demonstrações financeiras, do relatório da administração e do

parecer de auditoria relativos aos exercícios sociais encerrados a partir de dezembro de 1987. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br/>> Acesso em: 23 fevereiro de 2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento conceitual básico - Estrutura conceitual cara a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.**

Disponível em <http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual.pdf> Acesso em: 23 de fevereiro de 2010.

_____. **Pronunciamento técnico CPC 09.** Disponível em <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf> Acesso em: 23 de fevereiro de 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº. 1.010/05 revogada pela resolução CFC nº 1138/08, de 21 de novembro de 2008,** Aprova A NBV T 3.7 –

Demonstração do Valor Adicionado. Disponível em:

<http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1138.htm> Acesso em: 23 de fevereiro de 2010.

_____. **Resolução CFC nº. 1.055/05.** Cria o comitê de pronunciamentos contábeis - (CPC), e dá outras providências, de 7 de outubro de 2005 <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1055.htm> Acesso em: 23 de fevereiro de 2010.

_____. **Resolução CFC nº. 1.138/08.** Aprova a NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado, Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1138.doc> Acesso em: 23 de fevereiro de 2010.

COSERN – COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório socioambiental 2008 – COSERN,** Rio Grande do Norte, 2008

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. Demonstração contábil do valor adicionado: **Um instrumento de mensuração da distribuição de riqueza das empresas para os funcionários.** 2002. 207 f. Dissertação de Mestrado -, USP, São Paulo, 2002.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis:** contabilidade empresarial. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Eliseu; MARTINS, Vinícius A.; MARTINS Eric A. Normatização contábil: ensaio sobre sua evolução e o papel do CPC. RIC/UFPE - **Revista de Informação Contábil,** Vol. 1, no 1 p. 7-30, set/2007. Disponível em:

<<http://www.ufpe.br/ricontabeis/index.php/contabeis/article/view/19/3>>. Acesso em: 19 fev. 2009.

MARTINS, Eliseu. **Harmonização contábil.** Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/noticias24htm>>. Acesso em: 19 fev. 2009.

RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Ariovaldo dos; GONÇALVES, Franklin de O. **Avaliação das Distribuidoras de energia elétrica a partir da DVA.** Maio 2008 Disponível em <<http://virtualbib.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1216/ga016.pdf?sequence=1>> Acesso em 22 fev. 2010.

SANTOS, Ariosvaldo dos; HASHIMOTO, Hugo. Demonstração do valor adicionado: algumas considerações sobre a carga tributária. **Revista de Administração da USP**, São Paulo, v. 38, p.153-164, Abr./mai./jun. 2003. Disponível em: <www.rausp.usp.br/download.asp?file=V3802153.pdf>. Acesso em: 21 out. 2009.

SANTOS, Ariovaldo Dos. **Demonstração do Valor Adicionado**: Como Elaborar e Analisar a demonstração do valor adicionado. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, José Luiz Dos; SCHMIDT, Paulo; FERNANDES, Luciane Alves. **Introdução à Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

SCHERER, Luciano Marcio. **Valor adicionado**: análise empírica de sua relevância para as companhias abertas que publicaram a demonstração do valor adicionado. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 2006